

A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO JOSEENSE

Claudio José Pinto Ferreira¹, Renato Santana Gomes², Tatiane Aparecida Braga do Carmo³, Valéria Zanetti de Almeida⁴

^{1,2,3}UNIVAP/Curso de História/Instituto Superior de Educação: Rua Tertuliano Delphim Jr. 181, Jd Aquários, São José dos Campos-SP.

⁴UNIVAP/Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica/IP&D: Av. Shishima Hifume, 2911, Urbanova, São José dos Campos-SP
farao_@uol.com.br, vzanetti@univap.br

Resumo- O Patrimônio Histórico, nesse estudo limitado aos monumentos e construções, traz em si a perenização da memória. Os prédios e monumentos, como testemunhas dos fatos históricos, estão ali permanentemente a lembrar desses fatos. Assim, a valorização, manutenção e divulgação dos monumentos e prédios históricos da cidade de São José dos Campos é o instrumento de divulgação dessa história e dos fatos em torno dos mesmos para gerações seguintes. Um povo sem memória é um povo sem história, e a busca pela divulgação e a conscientização do valor não apenas histórico/turístico mas também social desses monumentos junto à população joseense é o que se procura com este trabalho.

Palavras-chave: História, memória, monumentos, cidadania.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

Na antiguidade, com a dificuldade de meios de transmissão do conhecimento, já que não existia computador, internet, nem papel, e as formas de escrita eram ainda bastante limitadas e caras, além de que o ensino da escrita era limitado a poucos privilegiados, a transmissão do conhecimento e da história era passada em grande parte oralmente, e para que não caíssem no esquecimento os feitos e todo o arcabouço cultural de um determinado povo, a memória era elemento essencial. Os conhecimentos da agricultura, das artes e da própria escrita muitas vezes eram passados de pai para filhos, por gerações sucessivas. Assim era transmitido o patrimônio cultural.

“Nas sociedades antigas, apoiava-se na estabilidade espacial e na confiança em que os seres de nossa convivência não se afastariam. Constituíam-se valores ligados à práxis coletiva como vizinhança (versus mobilidade), família larga, extensa (versus ilhamento da família restrita), apego a certas coisas, a objetos biográficos (versus objetos de consumo).” (BOSI, 2004: 19)

A história e o registro de fatos de relativa importância para a posteridade já tem seus primórdios na Grécia, onde personalidades como Heródoto, Tucídides e Xenofonte deixaram escritos sobre muitos fatos aos quais testemunharam e outros nem tanto, e, apesar de não adotarem ainda um critério científico como atualmente, suas obras são em grande parte estudadas ainda, pela riqueza de detalhes em sua

época, detalhes aos quais seria difícil para um historiador em dias atuais reconstituir. Com as escavações realizadas nas cidades romanas de Pompéia e Herculano, foi possível reconstituir todo o modo de vida cotidiano do romano do 1º século da era cristã, com suas casas residenciais, detalhes que seriam desconhecidos se não fosse a “preservação” realizada pelo vulcão Vesúvio.

O patrimônio histórico, materializado na forma de construções, vem manter vivo todo esse cabedal intelectual e cultural de civilizações anteriores à atualidade, porque é o testemunho vivo e tangível de épocas passadas, e faz com que se possa entender os fatos mediante um “mergulho” no contexto físico da época, dos costumes, pensamentos e o próprio cotidiano dessas gerações anteriores. Visitar uma fazenda de café do século XIX faz reviver o ambiente em que se vivia, os objetos usados, toda a atmosfera de um dia a dia, o trabalho dos escravos da lavoura, enfim:

“Se devemos preservar as características de uma sociedade, teremos que manter conservadas as suas condições mínimas de sobrevivência, todas elas implicadas no meio ambiente e no seu saber” (LEMOS, 2004: 25)

Assim, a preservação de monumentos e prédios que fazem parte da história é de fundamental importância para a compreensão da sociedade da época em que essas construções foram erigidas.

“Devemos garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for

significativo dentro do repertório de elementos do patrimônio cultural.” (LEMOS, 2004: 29)

Materiais e Métodos

Como o intuito deste trabalho é fazer chegar à população da cidade de São José dos Campos o conhecimento sobre seus patrimônios históricos, utilizaremos como fonte primárias o levantamento de amostragem estatística não científica junto à população, questionários, depoimentos orais, jornal Correio Joseense.

Como fontes secundárias obras de autores relacionados ao tema.

O método a ser desenvolvido é através do levantamento estatístico, para identificar o grau de conhecimento da população à respeito do patrimônio histórico, e, a partir dos resultados dessa pesquisa, identificar as possíveis deficiências de como essa informação está chegando e elaborar sugestões para melhorá-las, de forma que o cidadão joseense possa ter melhor compreensão sobre esses patrimônios, sua história e o que representa ou representou para a sociedade.

Discussão

A grande questão que se coloca, quando se pretende preservar um monumento ou construção histórica, é a viabilidade em tempos modernos, de se manter um prédio em suas características originais, que remete à outra época, outra realidade, dentro de um contexto urbano moderno e cada vez mais consumista e tecnologicamente cada vez mais avançado.

A Carta de Atenas, em 1933, já estabelecia que a legislação acerca de utilização do solo urbano deveria subordinar o interesse privado ao interesse coletivo; isso significa, para ficar bem entendido, que se um prédio histórico é importante para a coletividade, ele não deve ser removido nem modificado, mesmo contrariando interesses particulares. O ato do tombamento de prédios particulares ainda é visto como uma depreciação do bem tombado, já que lhe retira o valor comercial.

“O proprietário se sente prejudicado porque a restrição lhe desvaloriza, porque o mercado não está conscientizado das vantagens que podem resultar daquela atribuição, como em Parati; é que o fluxo turístico ainda é composto de pessoas não elucidadas nas questões mercadológicas e nem sempre vêm a longo prazo” (LEMOS, 2004: 85)

Esse conceito fica bem explícito nas palavras do filósofo francês Henri-Pierre Jeudy, segundo o qual,

“...eu conheci a Bahia há 15 anos e agora é bem diferente. O centro, que era uma área viva, se transformou num museu, um pólo para turistas. Esse princípio da conservação, de fazer do centro um museu, é uma síndrome de morte da cidade. Ele petrifica a cidade”. (JEUDY, 2005: C-4)

Então, porque preservar monumentos e prédios históricos? Qual a sua utilidade? Pra que serve? Muito mais do que uma exploração turística,

“Tombar não significa congelar, cristalizar ou perpetuar modos de organização do espaço urbano com suas edificações e usos, deve ser um instrumento maleável e articulado com a dinâmica da cidade” (FENELON, 1992: 33)

Numa sociedade extremamente dinâmica como a que se vive hoje, em que determinados bens se tornam obsoletos num prazo curtíssimo de tempo, e que o conhecimento local sofre o bombardeio constante da informação globalizada e uniformizante, a preservação do patrimônio histórico é a garantia de que a história local continuará a ser conhecida e, com a atuação dos poderes governamentais, essa história poderá ser valorizada e divulgada, para gerações futuras:

“A identidade e o caráter de uma cidade são dados não só por sua estrutura física, mas, também, por suas características sociológicas. Por isso, é necessário que não só se preserve e conserve o patrimônio histórico monumental, como também que se assuma a defesa do patrimônio cultural, conservando os valores que são de fundamental importância para afirmar a personalidade comunal ou nacional e/ou aqueles que têm um autêntico significado para a cultura em geral.” (IPHAN, 1995: 275)

O que se deve diferenciar é a preservação de bens para fins culturais, da preservação para fins turísticos. O grande modismo atualmente é a verdadeira indústria do turismo em torno dos bens históricos, muitas vezes símbolos de uma era de poder ou riqueza, símbolos da exaltação de uma classe dominante que prevaleceu durante determinada época. Esses monumentos ou prédios nem sempre são exibidos para a compreensão e para o debate sobre a sociedade da época em que aqueles bens foram utilizados, e suas conseqüências, mas com fins econômicos, da geração de recursos pecuniários para os proprietários desses bens, ou então, meramente exploração da história com fins políticos.

“Cultura é mais do que as belas artes. É memória, é política, é história, é técnica, é

cozinha, é vestuário, é religião etc. O princípio da cidadania cultural se desdobra em diversas práticas que possibilitam garantir o direito à cultura a toda uma população socialmente diferenciada, diluindo as fronteiras hierarquizadas das experiências culturais na cidade”. (FENELON, 1992: 31)

No Japão, o primeiro monumento a ser preservado foi a ruína de um edifício que sobreviveu à bomba de Hiroxima. Na Polônia são preservados os campos de concentração de trabalhos forçados e de extermínio de judeus pelos alemães da era nazista. Não porque era interessante para o turismo, mesmo porque seria um turismo mórbido, mas para manter consciente nas pessoas, aquilo que aconteceu, para que o mundo nunca esquecesse dos horrores da guerra. Essa é a função do patrimônio histórico, dar uma contribuição não só para o lazer cultural das pessoas, mas fazer com que se forme a idéia de cidadania.

Conclusão

O grande desafio é lutar por preservação do patrimônio cultural e histórico, com fins de manter viva a lembrança daqueles que participaram da construção da nação, de suas instituições e dos momentos em que fatos significativos para essa construção ocorreram. O despertar político da cidadania, por intermédio desses monumentos é o grande objetivo a ser alcançado na questão da valorização e preservação de bens históricos.

Visto que o ensino de história ainda é encarado como uma matéria maçante, e muitas vezes desinteressante para muitos, a preservação dos monumentos históricos em São José dos Campos entraria aí como um recurso tangível para a fixação e aprendizado da história. Um fator didático e ferramenta ao professor para despertar o interesse dos alunos pelo estudo sobre a própria cidade onde vivem, e o que representou determinado monumento para a cidade e seus habitantes. É preparar novas gerações para o nascimento de uma consciência política sobre a história do Brasil, como por exemplo, o que significou uma fazenda de café para a sociedade e a cidadania brasileira, além de render divisas com a venda de seu produto.

Assim, acreditamos que a contribuição do patrimônio histórico para a formação da cidadania brasileira ainda é pouco explorado pelos nossos professores, e é nesse sentido que se deve focar quando tratamos de preservação, não somente para fins turísticos, mas principalmente para que o cidadão possa ter a compreensão do momento histórico que aquele monumento representou para a sociedade, e que ele possa manter viva essa consciência de cidadania através das gerações

futuras, se queremos uma sociedade mais justa e mais ativa politicamente.

Referências

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. São Paulo, Cia das Letras, 2004.

LEMOS, Carlos A.C. O Que é Patrimônio Histórico. 5ª Ed, São Paulo, Brasiliense, 2004.

JEUDY, Henri-Pierre. Revitalização Petrifica Cidades. Folha de S.Paulo, São Paulo, 06/06/2005, Cotidiano, p. C-4.

FENELON, Déa Ribeiro. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania, DPH, Cidade de São Paulo, 1992.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Caderno de Documentos nº 3, Cartas Patrimoniais, Brasília, 1995.